

## Apresentação do dossiê

É com satisfação que apresentamos o dossiê temático do presente número da REVISTA PERCURSOS, que versa sobre *Artes e instituições culturais: reflexões sobre branquitude e racismo*. O dossiê integra a última edição do ano de 2019 e foi organizado pelas professoras Carolina Ruoso (Universidade Federal de Minas Gerais), Joana D'Arc de Sousa Lima (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) e Marcele Regina Nogueira Pereira (Universidade Federal de Rondônia). A escolha da temática decorreu, em grande parte, inicialmente por sermos mulheres que nos profissionalizamos no chamado mundo do trabalho dos museus e instituições culturais<sup>1</sup>, daí nossa constatação que as instituições culturais, especialmente os museus, marcados na sua organização pela razão patrimonial, atuam a serviço do processo colonizador. Instrumentalizam, na modernidade, critérios e valores culturais que inventam os Outros: selvagens, exóticos, sem história, sem capacidade de produzir memórias, primitivos, entre outros adjetivos etnocêntricos. Desse modo, entendemos que este dossiê reúne um conjunto de análises e reflexões a respeito das instituições culturais, tanto no que diz respeito à montagem dos seus acervos e programas quanto à construção da relação com seus públicos, a partir de uma perspectiva decolonial.

Considerando a diáspora de saberes, artistas e obras de arte como parte do projeto civilizatório de viés eurocêntrico, entendemos que se faz necessário desenvolver

---

<sup>1</sup> Cada uma de nós tem em nossa trajetória profissional e intelectual passagens muito significativas por museus e instituições culturais no Brasil. Certamente que isso marca nosso lugar de fala e nosso olhar para o campo artístico, para o patrimônio cultural e artístico e para a museologia. Além de que, como investigadoras, nossas pesquisas caminham por essas trilhas e nossos interesses estão permeados por esses lugares. E, ainda, vale ressaltar em relação ao debate da profissionalização de trabalhadores e trabalhadores de museus a pesquisa de mestrado, publicada em livro de Carolina Ruoso, cito, RUOSO, Carolina. *O Museu do Ceará e a linguagem poética das coisas (1971-1990)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.

um olhar crítico sobre as instituições culturais fundamentado nas noções de branquitude e racismo. Os teatros, os cinemas, os museus, os centros culturais, as casas de espetáculo, são lugares nos mundos da arte estruturados e pensados a partir de convenções e códigos brancos, excluindo e desqualificando negros, indígenas e ciganos. Nossa referência para os estudos a respeito da Branquitude é o livro de mesmo nome do historiador e sociólogo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Lourenço Cardoso, e da pedagoga e antropóloga Tânia Mara Pedroso Muller, da Universidade Federal Fluminense.

Outro aspecto que mobilizou a escolha dessa temática foi a Lei Federal 10.639 de 2003<sup>2</sup>, que tornou obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio; especialmente, no caso das artes da África e da diáspora, em específico, trata-se de uma via crucial **para a construção e transmissão de conhecimentos ligados à cultura e à história africana e afro-brasileira, previstas na lei 10.639/03**. O tema abordado nesta edição almeja contribuir para a ampliação dos estudos sobre a temática e subsidiar as tarefas dos professores e pesquisadores de História, História da Arte, Sociologia, Museologia e das Artes de maneira geral, em suas aulas.

A sociedade brasileira é racista e não consegue se reconhecer racista. Naturaliza o racismo, a violência contra a negra e o negro. Nesse sentido a arte (embora não somente ela), por ser o lugar privilegiado da criação, da invenção e da metaforização da vida, atua no processo de desnaturalização dos sentidos e das verdades canônicas. No campo da

---

<sup>2</sup> Verificar a Lei 10.639/03 e o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e também o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes, que defendem que o papel da educação infantil; os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. Em 2008, a Lei Federal 11.645, de mesmo ano, tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio. De acordo com a lei, a atribuição dos estudos é, em especial, relacionada à área de história, como fica explicitado nos parágrafos de seu artigo 1º: “§ 1º: “O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” E ainda: “§ 2º: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

educação, as artes, de maneira geral, cumprem um papel fundamental: o de potencializar a observação, a apreciação, a sensibilidade, o dissenso, a reflexão crítica, a curiosidade, a experimentação, a imaginação, entre outros sentidos, além de possibilitar processos de conhecimento com práticas e conteúdos específicos. A experiência com as artes e o desenvolvimento de habilidades sensíveis na educação também potencializam o aproveitamento dos aprendizes em outras áreas do conhecimento.

Existe a crença de que a discriminação e o preconceito não fazem parte do cotidiano da Educação Infantil, de que não há conflitos entre as crianças por conta de seus pertencimentos raciais, de que as/os professoras/es nessa etapa não fazem escolhas com base no fenótipo das crianças. Em suma, nesse território sempre houve a ideia de felicidade, de cordialidade e, na verdade, não é isso o que ocorre. Os estudos de mestrado e de doutorado que tratam das relações raciais na faixa de zero a seis anos apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores, profissionais de educação e famílias<sup>3</sup>. Isso prova que a concepção de que na Educação Infantil não há problemas raciais é uma falácia. Portanto, temos que fazer uma intervenção nessa etapa da educação básica, pois essa é uma fase fundamental para a construção das representações de todas as crianças.

Este dossiê reúne autoras/es com experiências ricas e substantivas para refletir sobre todas essas questões que estão entrecruzadas e são ao nosso olhar indissociáveis. O resultado, como se verá, é extraordinário! Apresentamos textos de professoras/es, artistas, pesquisadora/es que estão coletivamente envolvidas/os com o problema do colonialismo, do racismo, da intolerância, das práticas de violências simbólicas e físicas decorrentes dessas questões.

---

<sup>3</sup> Os estudos apontam para outras direções nesse sentido importante consultar ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. de; RODRIGUES, T. C. A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, A.; GOMES, N. L. (Orgs.). Educação e raça. Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. 1. ed. Minas Gerais: Autêntica, 2010, v. 1, p. 75-96. \_\_\_\_\_; RODRIGUES, T. C. Relações etnicorraciais: práticas racistas e preconceituosas nas classes de educação infantil e algumas propostas iniciais de como desconstruir estas práticas. In: BRANDÃO, A. P.; TRINDADE, A. L. da (Orgs.). Saberes e fazeres, v. 5: Modos de brincar. Revista 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, v. 5, p. 13-24; Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial / [coordenação geral Hélio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Sílvia Pereirade Carvalho]. – São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT : Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

Os artigos que compõem este dossiê, **Artes e instituições culturais: reflexões sobre branquitude e racismo**, de alguma forma se interrelacionam propondo novos olhares, novas abordagens e novas reflexões acerca das questões propostas numa perspectiva interdisciplinar inovadora, buscando a construção de outras epistemologias para pensarmos nossa contemporaneidade. Para melhor apresentar os artigos selecionados para este número, neste breve prólogo, dividimos em um primeiro momento os textos que versam sobre arte, artistas e instituições museais. Depois, segue-se a apresentação daqueles estudos que trazem a temática da educação entrelaçada com a arte, as instituições artísticas e a cultura de maneira geral.

Inicialmente, apresentamos o artigo intitulado **Arte e descolonização como um mecanismo de defesa na obra de Grada Kilomba**, da autora Raisia Inocêncio Ferreira Lima, doutoranda em Filosofia na Université Toulouse Jean Jaurès, França. Tal artigo versa sobre a obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* e da série audiovisual *Illusions*, especialmente, "Narcissus and Echo", criados por Grada Kilomba. O texto traça um panorama argumentativo que destrincha o que é o racismo epistemológico e como ele afeta o cotidiano nas instituições e na psique social. Por meio da obra e do pensamento de Grada Kilomba, indaga como podemos operar novos meios de reparação histórica e criar novas sensibilidades, compondo assim um novo sujeito, ou ainda, uma existência além da redução ao silêncio, ilustrado pela máscara de Anastácia.

Na sequência, ampliamos a reflexão sobre a presença de artistas no campo das artes com outros agentes como curadores, os valores de musealidade e certa dinâmica do mundo da arte. Nesse sentido, apresentamos **Artistas, curadores e valores de musealidade: diversidades e branquitude na exposição da 7ª Edição do Bolsa Pampulha**, das autoras Carolina Ruoso e Rita Lages Rodrigues, professoras de Teoria e História da Arte da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. O artigo traz para a cena a exposição da 7ª. Edição do Programa Bolsa Pampulha do Museu de Arte da Pampulha (MAP) e especialmente analisa o papel dos artistas e dos curadores na elaboração de critérios de valores de musealidade. Em um primeiro momento, apresenta como uma residência artística pode contribuir para a formação da coleção dos museus, considerando um processo de diálogo entre artistas e curadores; o modelo de

organização em série da coleção do MAP, do tipo exclusivo, possibilita uma escuta qualificada dos artistas, que questionaram nessas duas primeiras décadas do século XXI a identidade do referido museu. Em um segundo momento, descreve a exposição de 2019, em meio ao contexto de sensação de censura, apresentando os valores identificados nas obras dos artistas, suas perspectivas plurais em defesa da presença da diversidade, tanto relacionadas à história da edificação como à história da cidade.

Em **Escravidão: tema tabu para os museus de arte decorativa**, artigo proposto por Joseania Miranda Freitas, professora e doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, veremos, por meio da reflexão de quase duas décadas de docência na área de arte decorativa para o curso de graduação em Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), como o tema da escravidão de povos africanos tem sido tabu para os museus. Tais discussões ficaram reservadas àqueles temas específicos (etnográficos e históricos), omitindo-se, dessa forma, que a formação econômica dos países colonizados e suas metrópoles se deu através dessa força de trabalho. A autora ainda afirma que o ensino e a prática museal no campo da arte decorativa estiveram, durante muito tempo, aliados aos modos de pensar colonial e imperial, privilegiando concepções artísticas europeias, sacralizando objetos advindos das elites enriquecidas pelo trabalho escravo.

Ainda dentro desse eixo temático, apresentamos **As coleções extraeuropeias e suas exposições: Estudo de caso das coleções etnográficas da Croisière noire no Musée des Cordeliers de Saint-Jean-d'Angély**, do doutor em Geografia e Pesquisador Associado ao Laboratório Ruralista na *Université de Poitiers*, Armand Kpoumie Nchare. Em resumo, o artigo versa sobre coleções extraeuropeias, ou seja, aquelas provenientes da África, da Ásia e das Américas (do Sul, Central e do Norte). A evocação de seu contexto cultural, nesse início de século XXI, estará baseada no estudo de caso da sua valorização no Musée des Cordeliers de Saint-Jean-d'Angély, em Charente-Maritime (France). Trata-se de uma instituição museal que possui coleções extraeuropeias de maior ou menor importância, mas com frequência e desenvolvimento bastante particulares. Tais coleções representam – na região de Poitou-Charentes como no resto da França – a diversidade geográfica, de materiais, de funções e de culturas. A arte extraeuropeia é uma produção de sociedades que não atendem às normas sociais e culturais conhecidas na Europa. Hoje, sua

conservação e exibição no Musée des Cordeliers de Saint-Jean-d'Angély – considerado o olhar marcadamente exótico e estético sobre os objetos, além da representação que se faz do “Outro” que produziu os objetos – remetem a um inevitável etnocentrismo.

Em **Negritude a varejo ou quando uma etiqueta é assimétrica: estratégias necropolíticas no campo das artes**, Jefferson Gustavo dos Santos Campos, mestre e doutorando em Letras na UEM e professor no Centro Universitário Metropolitano de Maringá - UNIFAMMA e do doutor em educação na Universidade Estadual de Maringá e professor da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Rodrigo Pedro Casteleira. artigo, os autores tematizam os modos de (in)existência da negritude no interior do projeto colonizador de produção de conhecimento, arte e cultura na contemporaneidade. O objetivo é o de compreender em que (des)medida algumas produções artísticas, ao tematizar a negritude, são rubricadas por autorias brancas, estas, sustentadas por efeitos de verdade produzidas no campo do fazer artístico. A análise recai sobre a obra “Polvo”, produzida em 2013, pela artista plástica Adriana Varejão, e parte do questionamento que se delinea da seguinte forma: quais são as estratégias empregadas pela lógica colonial na manutenção das relações de poder estabelecidas no âmbito das artes, de modo que a existência negra se apague tanto no nível autoral, quanto no nível epistêmico da cultura? A partir de uma proposta teórico-analítica de caráter decolonial, cujas bases, são, necessariamente, um modo de inscrição negra no campo de produção de conhecimento, foi possível compreender que o etiquetamento universal, no campo artístico, se trata de uma espécie de estratégia necropolítica de apagamento da autoria negra no âmbito das práticas estabelecidas no campo cultural e artístico.

Estabelecendo um diálogo mais estreito com o campo da educação, o artigo **Racialização, subjetividades, arte e estética: um estudo de caso a partir da formação em psicologia**, as autoras Karla Galvão Adrião, doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC e professora da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, e Mariana Borelli Rodrigues, mestre em Psicologia e doutoranda em Psicologia pela Pós-Graduação em Psicologia da UFPE, propõem-se discutir sobre tensionamentos entre arte, estética, decolonialidades, branquitude e negritude, a partir de um olhar feminista pós-estrutural e



decolonial, para uma experiência de docência na primeira disciplina sobre raça da grade curricular da graduação em Psicologia, em uma universidade pública do nordeste do Brasil.

Na mesma esteira analítica, apresentamos o artigo, **Educação e branquitude: uma discussão com professores da educação básica** que mapeia e problematiza discursos e representações recorrentes acerca da diferença racial e da Branquitude, por meio de entrevistas com sete professores que atuavam na educação básica da rede pública municipal de Sapucaia do Sul/RS, entre os anos de 2016 e 2017, com base na exibição de dois curtas- metragens: “Cores e Botas” e “Pode me chamar de Nadí”. As análises apresentadas são realizadas na perspectiva teórica dos Estudos Culturais em Educação, a partir dos conceitos de representação, identidade e Branquitude.

A pesquisadora Jessika Rezende Souza da Silva, mestre em Ensino de História e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos apresenta uma reflexão sobre a formação de professores e a produção de materiais didáticos, nos últimos anos, sobretudo a partir da demanda forjada pela Lei 10.639/03. Constata-se que houve um cuidado e um aperfeiçoamento em relação à produção de materiais e a formação dos docentes. Entretanto, percebe-se que, apesar do esforço para evitar o eurocentrismo, compreender africanos e afro-brasileiros como agentes históricos ativos, os temas ligados à religiosidade africana e afro-brasileira seguem silenciados nas salas de aula. O artigo **Entre a cruz e o terreiro: uma análise em torno da integração entre a religiosidade afro-brasileira e o Ensino de História no Museu do Negro do Rio de Janeiro**, problematiza a persistente marginalização das manifestações culturais ligadas à temática religiosa no Ensino de História. Tomou-se, por objeto, a exposição do Museu do Negro do Rio de Janeiro, para explicitar a possibilidade de uma abordagem histórica que integre aspectos culturais, atribuindo historicidade aos mesmos, visto que o Museu do Negro aciona a cultura afro-brasileira, como espaço de resistência, para construir narrativas históricas sobre a população negra em diferentes períodos.

Por fim, na sessão **Entrevista**, realizada pela doutora em História e professora do Instituto de Humanidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/Unilab, Joana D'Arc de Sousa Lima, trazemos o depoimento da artista visual e

## Apresentação

Carolina Ruoso, Joana D'Arc de Sousa Lima, Marcele Regina Nogueira Pereira

cineasta Lia Letícia, intitulado **Não me sinto líder e isso é ótimo**. A artista escolhida para a entrevista é nascida em Viamão/RS, em 1975, radicada em Olinda e Recife, onde mora e trabalha. Em Porto Alegre, trabalhou com cenografia para teatro e escola de samba. Mudou-se para Olinda, passando a explorar a pintura em diversos suportes, como murais e tecidos. Ao morar na casa Molusco Lama, participou de exposições coletivas e realizou suas primeiras exposições individuais, atuando ainda em performance e iniciando criação em vídeos e filmes. Além de escrever e dirigir seus próprios filmes, trabalha como diretora de arte. É educadora no projeto de experimentação audiovisual Escola Engenho e também em diversos cursos em festivais, mostras, entre outras atividades. Coordena o Cineção, além de outros projetos independentes na Galeria Maumau|Recife. Lia é uma das artistas *ativistas* da cidade do Recife, com um olhar amplo, generoso, plural e potente para o mundo que a cerca. Uma mulher independente, batalhadora, que enfrenta no campo artístico as desigualdades e hierarquias impostas pelo sistema da arte. Por meio de uma poética que atravessa as questões sociais e políticas, seu trabalho vem contribuindo para a construção de novas narrativas contra-hegemônicas.

**Carolina Ruoso**

**Joana D'Arc de Sousa Lima**

**Marcele Regina Nogueira Pereira**

Organizadoras

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED**

Revista *PerCursos*

Volume 20 - Número 44 - Ano 2019

revistapercursos@gmail.com